

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.314.453 - SP (2018/0152040-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : LUARA PEREIRA FINARDI
ADVOGADO : JOÃO RENATO DE FAVRE - SP232225
AGRAVADO : CASSIA APARECIDA TAVARES
ADVOGADO : LUCIANA CRISTINA ANDREAÇA LEVADA E OUTRO(S) - SP253349

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/2015, art. 1.042) contra decisão que inadmitiu o recurso especial sob os seguintes fundamentos: (a) ausência de ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022, do CPC/2015 e aos demais artigos de lei apontados, (b) aplicação da Súmula n. 7/STJ, (c) falta de cotejo analítico para evidenciar o dissídio jurisprudencial e (d) necessidade de demonstração analítica entre a tese enunciada na Súmula e a solução adotada no aresto impugnado para comprovar a divergência de interpretação (e-STJ fls. 159/161).

O acórdão do TJSP está assim ementado (e-STJ fl. 66):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. Penhora de 30% do salário da executada. Verba de natureza alimentar. Caráter impenhorável. Inteligência do artigo 833, IV, do Código de Processo Civil. Artigo 833, § 2º, do CPC inaplicável ao caso. Decisão mantida. RECURSO DESPROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados, com a aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC/2015 (e-STJ fls. 151/155).

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 72/109), interposto com base no art. 105, III, "a" e "c", da CF, a recorrente aduziu violação:

(a) dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, pois a Corte local teria se mantido omissa sobre: (i) os motivos para afastar a aplicação do art. 833, § 2º, do CPC/2015, (ii) a tese do princípio da efetividade da execução e aplicação do art. 5º, LXXVIII da CF/1988, (iii) a ofensa aos arts. 22, 23 e 24 da Lei n. 8.906/1994 e 85 do CPC/2015, (iv) o pedido de penhora, por estar limitado a 30% (trinta por cento) dos rendimentos da recorrida, não lhe comprometeria a subsistência, e

(b) dos arts. 22, 23 e 24 da Lei n. 8.906/1994 e 85, § 14 do CPC/2015, porque os honorários em execução teriam caráter alimentar, o que justificaria a penhora de parte do salário da recorrida para garantir o pagamento de mencionada verba, conforme exceção prevista no art. 833, § 2º, do CPC/2015, que não se restringiria à pensão alimentícia, abrangendo a situação em exame.

Apontou dissídio jurisprudencial quanto:

(a) ao art. 833, § 2º, do CPC/2015, alegando que seria possível a penhora de salário para pagar honorários advocatícios, ante a natureza alimentar de referida verba (e-STJ

fls. 86/107), e

(b) à Súmula n. 98/STJ, visto que os embargos opostos, visando sanar as omissões apontadas, não seriam protelatórios, devendo ser afastada a multa imposta à recorrente (e-STJ fl. 108).

Não foram ofertadas contrarrazões (e-STJ fl. 158).

No agravo (e-STJ fls. 0164/197), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Não foi apresentada contraminuta (e-STJ fl. 197).

É o relatório.

Decido.

Segundo a consolidada jurisprudência desta Corte, o órgão julgador não está obrigado a se manifestar sobre todos os pontos alegados pela parte recorrente, mas somente sobre as questões que entender necessárias ao deslinde da controvérsia, de acordo com o livre convencimento motivado, tal como ocorre no presente caso, visto que Tribunal *a quo* decidiu a matéria controvertida, ainda que contrariamente aos interesses da parte. Não há, portanto, omissão alguma a ser sanada.

O conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional exige a indicação do dispositivo legal ao qual foi atribuída interpretação dissonante e a demonstração da divergência, mediante o cotejo analítico do acórdão recorrido e dos arestos paradigmas, de modo a se verificarem as circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados (arts. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ e 541, parágrafo único, do CPC/1973).

De tais ônus a recorrente não se desincumbiu, ante a falta de cotejo analítico, sendo entendimento assente no STJ que "a mera transcrição de ementas não satisfaz as exigências para a demonstração do dissídio jurisprudencial" (AgRg no AREsp n. 304.921/MT, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 6/12/2016, DJe 14/12/2016). Inviável, portanto, conhecer do recurso.

O dissídio interpretativo quanto à Súmula n. 98/STJ, sustentando para afastar a multa imposta à recorrente por oposição de embargos protelatórios, não comporta acolhida, tendo em vista que, segundo orientação das Turmas da Segunda Seção do STJ, "não se conhece de recurso especial interposto sob alegação de divergência com súmula de Tribunal Superior, pois é imprescindível a realização do cotejo analítico" (AgInt no AREsp n. 959.727/SP, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/10/2016, DJe 20/10/2016).

No mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO. ENUNCIADO Nº 13 DA SÚMULA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DISSÍDIO COM SÚMULA. IMPOSSIBILIDADE. RELAÇÃO PROCESSUAL NÃO FORMALIZADA. ENUNCIADO Nº 240/STJ. INAPLICABILIDADE.

1. O único paradigma apontado pelo ora agravante em relação à tese de mérito suscitada no recurso especial é oriundo do mesmo Tribunal prolator do acórdão recorrido, de modo que se mostra incensurável a aplicação do enunciado nº 13 da Súmula do STJ na hipótese dos presentes autos.

2. O dissídio jurisprudencial com súmula não autoriza a interposição do recurso especial fundado na letra "c" do permissivo constitucional.

(...)

(AgRg no Ag n. 1.135.323/SP, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 8/6/2010, DJe 18/6/2010).

Consoante orientação da Corte Especial do STJ, "em situações excepcionais, admite-se a relativização da regra de impenhorabilidade das verbas salariais prevista no art. 649, IV, do CPC/73, a fim de alcançar parte da remuneração do devedor para a satisfação do crédito não alimentar, preservando-se o suficiente para garantir a sua subsistência digna e a de sua família" (EResp n. 1.518.169/DF, Relator Ministro HUMBERTO MARTINS, Relator para o Acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, julgado em 3/10/2018, DJe 27/2/2019).

No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. IMPENHORABILIDADE DE VENCIMENTOS. CPC/73, ART. 649, IV. DÍVIDA NÃO ALIMENTAR. CPC/73, ART. 649, PARÁGRAFO 2º. EXCEÇÃO IMPLÍCITA À REGRA DE IMPENHORABILIDADE. PENHORABILIDADE DE PERCENTUAL DOS VENCIMENTOS. BOA-FÉ. MÍNIMO EXISTENCIAL. DIGNIDADE DO DEVEDOR E DE SUA FAMÍLIA.

1. Hipótese em que se questiona se a regra geral de impenhorabilidade dos vencimentos do devedor está sujeita apenas à exceção explícita prevista no parágrafo 2º do art. 649, IV, do CPC/73 ou se, para além desta exceção explícita, é possível a formulação de exceção não prevista expressamente em lei.

2. Caso em que o executado auferia renda mensal no valor de R\$ 33.153,04, havendo sido deferida a penhora de 30% da quantia.

3. A interpretação dos preceitos legais deve ser feita a partir da Constituição da República, que veda a supressão injustificada de qualquer direito fundamental. A impenhorabilidade de salários, vencimentos, proventos etc. tem por fundamento a proteção à dignidade do devedor, com a manutenção do mínimo existencial e de um padrão de vida digno em favor de si e de seus dependentes. Por outro lado, o credor tem direito ao recebimento de tutela jurisdicional capaz de dar efetividade, na medida do possível e do proporcional, a seus direitos materiais.

4. O processo civil em geral, nele incluída a execução civil, é orientado pela boa-fé que deve reger o comportamento dos sujeitos processuais. Embora o executado tenha o direito de não sofrer atos executivos que importem violação à sua dignidade e à de sua família, não lhe é dado abusar dessa diretriz com o fim de impedir injustificadamente a efetivação do direito material do exequente.

5. Só se revela necessária, adequada, proporcional e justificada a impenhorabilidade daquela parte do patrimônio do devedor que seja efetivamente necessária à manutenção de sua dignidade e da de seus dependentes.

6. A regra geral da impenhorabilidade de salários, vencimentos, proventos etc. (art. 649, IV, do CPC/73; art. 833, IV, do CPC/2015), pode ser excepcionada quando for preservado percentual de tais verbas capaz de dar guarida à dignidade do devedor e de sua família.

7. Recurso não provido.

(EResp n. 1.582.475/MG, Relator Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 3/10/2018, REPDJe 19/3/2019, DJe 16/10/2018.)

Seguindo a mesma linha, as Turmas da Segunda Seção do STJ fixaram o entendimento de que "os honorários advocatícios, contratuais ou sucumbenciais têm natureza alimentícia, sendo, assim, possível a penhora de 30% da verba salarial para seu pagamento" (AgInt no ARESp n. 1.073.544/SP, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 2/10/2018, DJe 10/10/2018).

Com a mesma orientação:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NATUREZA ALIMENTAR DO CRÉDITO. PENHORA INCIDENTE SOBRE VERBA SALARIAL. POSSIBILIDADE. AVALIAÇÃO DO LIMITE DA CONSTRIÇÃO EM CADA CASO, SOB PENA DE SE COMPROMETER A SUBSISTÊNCIA DO EXECUTADO. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. A legislação processual civil (CPC/2015, art. 833, IV, e § 2º) contempla, de forma ampla, a prestação alimentícia, como apta a superar a impenhorabilidade de salários, soldos, pensões e remunerações. A referência ao gênero prestação alimentícia alcança os honorários advocatícios, assim como os honorários de outros profissionais liberais e, também, a pensão alimentícia, que são espécies daquele gênero. É de se permitir, portanto, que pelo menos uma parte do salário possa ser atingida pela penhora para pagamento de prestação alimentícia, incluindo-se os créditos de honorários advocatícios, contratuais ou sucumbenciais, os quais têm inequívoca natureza alimentar (CPC/2015, art. 85, § 14).

2. Há de se considerar que, para uma família de baixa renda, qualquer percentual de constrição sobre os proventos do arrimo pode vir a comprometer gravemente o sustento do núcleo essencial, ao passo que o mesmo não necessariamente ocorre quanto à vida, pessoal ou familiar, daquele que recebe elevada remuneração. Assim, a penhora de verbas de natureza remuneratória deve ser determinada com zelo, em atenta e criteriosa análise de cada situação, sendo indispensável avaliar concretamente o impacto da penhora sobre a renda do executado.

3. No caso concreto, a penhora deve ser limitada a 10% (dez por cento) dos módicos rendimentos líquidos do executado. Do contrário, haveria grave comprometimento da subsistência básica do devedor e do seu núcleo essencial.

4. Agravo interno parcialmente provido para dar parcial provimento ao recurso especial. (AgInt no REsp n. 1.732.927/DF, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 12/2/2019, DJe 22/3/2019).

No caso, o Tribunal *a quo* indeferiu o pedido de penhora de 30% (trinta por cento) do salário da parte recorrida, à luz do art. 833, IV, do CPC/2015, ante o caráter alimentar da verba, tendo em vista que (e-STJ fls. 67/68):

Os salários, proventos de aposentadoria, vencimentos, subsídios, pensões, são impenhoráveis, consoante preceitua o art. 833, inciso IV, do Código de Processo Civil¹. Assim, não é possível a penhora de percentual do salário da agravada junto à fonte pagadora, dado o caráter alimentar da verba.

Não se pode punir a inadimplência com a condenação à miserabilidade, haja vista que dentre os fundamentos da nossa República sobressai o princípio da dignidade da pessoa humana, positivado no artigo 1º, inciso III, da Constituição da República. Princípio que, transportado para a seara do direito privado e das relações patrimoniais entre particulares, implica a idéia do patrimônio mínimo, subprincípio segundo o qual o direito à satisfação do crédito não pode importar a obliteração pessoal do devedor,

Superior Tribunal de Justiça

privando-o do essencial à sua existência condigna.

De ressaltar que quando o legislador criou a exceção prevista no § 2º do art. 833 do CPC, ele não se referiu a qualquer verba de caráter alimentar, mas tão somente a pensão advinda de execução de prestações alimentícias (direito de família), hipótese que não se amolda ao caso.

No caso, razão assiste à recorrente, uma vez que a decisão da Corte de origem dissente do entendimento firmado na jurisprudência do STJ, sendo devido acolher o pedido de penhora de 30% (trinta por cento) do salário da recorrida para satisfazer débito oriundo de sua condenação em honorários advocatícios, ante o caráter alimentar de tal verba.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para DAR PROVIMENTO ao recurso especial, a fim de permitir a penhora de 30% (trinta por cento) do salário da recorrida para satisfação da verba honorária devida à recorrente.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 20 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator